



ATA Nº 25, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMDEMA - CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE E CONTROLE SOCIAL DO SANEAMENTO BÁSICO.

Aos (11) onze dias do mês de julho, do ano de dois mil e vinte quatro (2024) através do aplicativo Google Meet, meio pelo qual a reunião aconteceu e registrou-se a presença dos seguintes **Conselheiros (natos)**: Silvio Carlos de Oliveira Napoleão/CAGECE; Raul Israel /(Suplente) SEINFRA. **Conselheiros (eleitos)**: José Dalisson Cavalcante do Nascimento/Ecomuseu de Maranguape; Shirley Ferreira/AVATAH; José Luiz Ferreira de Menezes/CEEU; Beatriz Ferreira Andrade/CEM. Tivemos ainda a participação dos técnicos do núcleo de Meio Ambiente da SEMURB: Ítalo Renan Ferreira Girão/Gerente desse Núcleo; Foram ainda registradas as seguintes faltas justificadas: Conselheiros Lucia Mara Bezerra da Silva (Mara)/SEMA e Presidente, Marcus Raimundo Carvalho da Silva Filho/SEMURB. Marcela Cristina Diógenes Bastos Nogueira Pereira. Encerrada essa conferência de frequência, os trabalhos foram iniciados com a abertura da reunião pelo Diretor Ítalo, que apresentou a pauta: **Apresentação do Projeto Esgotamento Legal**, que trata acerca de projeto recente que se encontra associado a mobilização por parte da Empresa Ambiental Ceará, ganhadora da licitação, como também da agência reguladora (CAGECE), do ministério público e da prefeitura de Maranguape, em relação a necessidade de avanço a respeito a ligação de esgoto, não apenas a infraestrutura mas também aumentando a quantidade de ligações. O diretor Ítalo menciona que o envolvimento do conselho com relação a este tema seria de suma importância devido a sua caracterização associada a Defesa do Meio Ambiente e Controle Social do Saneamento Básico, desta forma, a legitimidade para fiscalizar, regulamentar e se manifestar quando necessário e conforme seria previsto em suas atribuições dentro do município de Maranguape. O diretor Ítalo também menciona o lançamento do projeto de esgotamento legal que havia sido lançado na quarta-feira anterior (10 de julho de 2024), em um evento, que é descrito como sendo pensado pelo ministério público, ocorrendo em diferentes municípios, Maranguape sendo um dos primeiros contemplados. Em adição a isto, é informado pelo diretor, que o município havia desenvolvido, através da parceria entre prefeitura e a Cagece, recentemente o Plano Municipal de Saneamento Básico, no ano de 2022, destacando que havia sido elaborado considerando uma análise cuidadosa, que resultou em um diagnóstico atualizado, proporcionando dados úteis para o entendimento das necessidades com relação ao saneamento no município, e até mesmo subsidiando a licitação da PPP. Este diagnóstico amplo apresentou a estrutura da rede existente, identificando qual a que se encontrava efetivamente em uso e a que estava ociosa, apontando quais seriam as necessidades de investimento. Em resumo o que se constatou é de que o município é muito extenso territorialmente, tendo poucas regiões com estrutura de esgotamento sanitário, a que se tem estando concentrada basicamente no bairro Centro localizado no distrito Sede, sendo fruto de um investimento advindo da década de 90, que foi o SANEAR. O diretor reitera que o Plano Municipal de Saneamento Básico se tratou de um relatório bem construído que apontou que, mesmo a estrutura existente no centro do Distrito Sede, em sua maioria estaria ociosa. O diretor explicou que após a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico em Maranguape e em outros municípios, foi lançado o edital para parceria público-privada, que teve como ganhador a empresa Ambiental Ceará, havendo a manutenção da CAGECE como concessionária do esgoto no município de Maranguape, tendo a parceria com o governo do estado para a concretização da PPP com a Ambiental Ceará, que tem como responsabilidade ampliar a rede de esgoto, e em troca tendo parte do valor das tarifas associadas a este serviço. Em seguida o conselheiro Silvio Napoleão iniciou a sua fala de complementação, destacando a localização do esgotamento sanitário advindo do projeto SANEAR, que havia sido licitado ao final dos anos 1990 que contou com alguns atrasos, em que Maranguape passa a ter um sistema que vem a abranger cerca de cinquenta por cento da Sede municipal, indo para além do bairro centro se estendendo para outros bairros próximos, como Parque Santa Fé, Parque das Rosas, Outra Banda, Tangureira Parque Iracema, Santos Dumont, Novo Parque Iracema, Lameirão, e algumas áreas dos Bairros do Novo Maranguape com proximidade com a Outra Banda, a UPA e a rodovia, dessa forma seria como classificado pelo conselheiro como uma oferta boa e considerável em termos de espaço na primeira obra, que se somou com outros projetos que foram sistemas realizados pelo PROURB, que era um programa de urbanização que atuou de modo ativo durante as décadas de 1980 e 1990, tendo sido entregue às populações com saneamento, então com isso, Maranguape passa ter algo em torno de cinquenta por cento de área com a disposição da rede de esgoto. O conselheiro ainda salientou que o programa do ministério público teria um olhar sobre esta rede, no qual houve um investimento de milhões, porém não foi observado retorno que seria a melhoria na qualidade de vida e uma qualidade meio ambiente em Maranguape, uma vez que a maioria da população não faz uso desse sistema que se encontra a disposição. A Cagece divide a cidade em 5 diferentes setores porém nenhum destes setores alcança pelo menos



50% ou mais de adesão. Mesmo na área mais antiga do município, caracterizado por bairros como Centro e Guabiraba, reconhecido pela Cagece como o setor 4, que conta com uma boa presença de drenagem, este setor tem uma utilização abaixo de 16% da rede, demonstrando que mesmo com a presença desta estrutura de modo acessível para os moradores, se constata níveis consideravelmente baixos de aceitação, ocasionando a falta de uso e retorno. Para que houvesse esse retorno, o conselheiro explica que se houvesse o uso do sistema em disposição coletando e fazendo o tratamento de modo adequado, declarando que o açude Maranguapinho, construído pensando na prevenção de enchentes nos municípios da Região Metropolitana, porém se não houvesse o fluxo de poluição nas águas do açude, haveria na possibilidade de balneabilidade para realização de atividades de turismo e lazer que beneficiaram o município em diferentes frentes. Por tanto o novo projeto deveria ser entendido não apenas na ótica da atuação do poder público, mas também da participação colaborativa dos cidadãos como vetor de transformação. O diretor Ítalo agradeceu as falas esclarecedoras do conselheiro Silvio e em seguida deu continuidade a apresentação do esgotamento Legal, apontando que o primeiro se realiza o investimento na infraestrutura que se baseia na ligação do esgoto com a Estação de Tratamento de Esgoto, sendo esta estrutura caracterizada pela tubulação que passa na rua. Após isso a necessidade se daria pelo domicílio que precisaria ligar a sua estrutura domiciliar com o ponto de visita na calçada, demonstrando dessa forma que seria necessário um dispêndio por parte dos proprietários para que houvesse a adequação com o sistema, bem como a cobrança tarifária de esgoto. Esta situação, todavia, estaria mitigada pelas políticas de benefícios para famílias de baixa renda que facilitariam a adesão por parte das classes menos favorecidas. Outro fator destacado, seria o que o diretor descreveu como sendo ineficiência do poder público em cobrar ao cidadão acerca da instalação e adequação com rede de esgoto. Em seguida a Conselheira Shirley questiona se toda a rede ativa seria direcionada para a estação da tangureira, sendo confirmado pelo diretor Italo que sim, acrescentando que a estação se encontra subutilizada tratando bem menos esgoto do que seria capaz. A conselheira Shirley apontou, porém, que havia testemunhado na avenida Marta Maria Carvalho, que rede de esgoto se encontrava direcionada diretamente para o rio, debaixo da ponte, o que foi relatado por ter causado dúvida e estranhamento por parte da conselheira. O diretor Italo respondeu que isso poderia ter se dado devido uma diferença topográfica e que não havia a possibilidade de condução do esgoto para o leito de rios de nenhuma forma, em seguida o conselheiro Silvio complementou dizendo que a área em questão se tratava de um espaço que anda se encontrava em construção e ainda será integrada ao sistema de esgotamento sanitário, se tratando portanto de uma obra que ainda se encontrava ativa e não havia sido ainda concluído, o que poderia causar equívocos na interpretação dos observadores. O conselheiro ainda mencionou que o projeto busca trazer cerca de 90% de cobertura no período de 9 anos, através dessa e de outras obras. A conselheira indagou, no entanto, qual seria a razão para que houvesse o direcionamento da obra para o rio e que este seria o ponto de difusão causando desmatamento e outras intervenções no meio ambiente. O conselheiro Silvio argumentou que poderia ser por conta da atuação da SEINFRA (Secretaria de Infraestrutura) que estaria efetuando a drenagem do local, porém, a conselheira Shirley afirmou ter convicção de se tratar de uma ação da Ambiental Ceará, devido a ter visualizado presencialmente. O conselheiro Silvio afirmou que entraria em contato com a Ambiental Ceará para que houvesse maiores detalhes acerca deste caso que poderiam ser expostos em uma próxima reunião, porém reiterou que a obra em questão, bem como outras ainda não estavam prontas e deveriam ser avaliadas deste modo. O diretor Italo mencionou a importância deste debate para que as questões possam vir a ser esclarecidas, explicando que se trata de uma obra de ampliação da rede de esgoto direcionada para o Mororó e Novo Maranguape que ainda não estava concluída. Em seguida o Suplente Raul da SEINFRA informou que a área em questão havia passado por muitas intervenções por parte da Secretaria de Infraestrutura entre 2022 e 2023 em função da sua delicada condição de drenagem, associado às fortes chuvas, resultado em algumas canalizações em direção ao rio, destacando que o uso de manilhas seria mais comum por parte da SEINFRA do que pela Ambiental, propondo então que houvesse maiores esclarecimentos em uma próxima reunião do conselho. Em vista do caso, o diretor propôs que fosse feita uma visita in loco por parte do conselho como forma de verificar presencialmente, em companhia de representantes da empresa Ambiental Ceará, o que havia sido debatido e avaliar a situação das obras, o que serviu de deliberação sendo aceito pelo conselho. Em sequência o diretor Italo apresentou dados relacionados ao diagnóstico da cobertura de esgoto no município, destacando que 57,50% ou cerca de 18.936 domicílios tinham cobertura da rede de esgoto, porém deste montante apenas 29,39% se encontravam conectados à rede, composto por 5.556 domicílios. Por conta dessa estrutura ociosa, ações de implementação e expansão da cobertura de esgoto são empreendidas por parte dos diferentes entes participantes seguindo um organograma de responsabilidades. Em sequência a conselheira Shirley expõe que a maior parte dos catadores não apresentava residência com a presença de saneamento básico, e o conselheiro



Silvio esclarece os principais critérios associados a tarifa a ser para pelos usuários conectados, apresentado os casos passível de redução do valor da fatura mediante a casos de baixa renda. Por fim o Diretor Italo apresenta o cronograma com as fases a serem seguidas no decorrer do projeto, dando especial destaque acerca da importância da educação ambiental como meio de divulgação e estímulo de adesão ao projeto. O conselheiro Luiz Menezes menciona a necessidade de melhoria nos cuidados do açude do Lameirão para que o mesmo pudesse ser mantido, propondo que a situação do açude fosse abordada em futuras oportunidades. Feitas as ponderações, a apresentação foi finalizada, sem mais para o momento, eu, Ítalo Renan Ferreira Girão, que secretariei esta reunião, dou por encerrada a presente ata, que será assinada por todos os presentes.

[Handwritten signatures and names]
 Raul Israel
 Antônio Beatriz Ferreira Andrade
 José Dalisson C. do Nascimento
 Shirley Oliveira Ferreira
 Luiz Menezes
 Ítalo Renan Ferreira Girão

1. Sílvio Carlos de Oliveira Napoleão/CAGECE
2. Raul Israel/SEINFRA
3. Antônia Beatriz Ferreira Andrade/CEM
4. José Dalisson Cavalcante do Nascimento/Eco Museu Mpe.
5. Shirley Oliveira Ferreira/AVATAH
6. José Luiz Ferreira de Menezes/CEEU
7. Marcela Cristina Diógenes Bastos N. Pereira /Secretaria de Saúde
8. Ítalo Renan Ferreira Girão/Gerente Meio Ambiente-SEMURB